

PROMOVENDO ATENDIMENTO MÉDICO GINECOLÓGICO HUMANIZADO, EQUITATIVO E IGUALITÁRIO PARA MULHERES LÉSBICAS: A IMPORTÂNCIA DAS INTERVENÇÕES EDUCATIVAS

Andreia da Fonseca Araujo¹
Cintia Maria Bordwell²
Cintia Teixeira de Sousa Viana³
Simone de Oliveira Santos Pastorelli⁴
Carla Martins Silverio⁵
Maria do Carmo Fernandes⁶
Valquíria Aparecida Rossi⁷
Míria Benincasa⁸
Ricardo Silva dos Santos Durães⁹
Aline Helena Koller¹⁰
Rosa Frugoli¹¹

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e tem como tema Promovendo Atendimento Médico Ginecológico Humanizado, Equitativo e Igualitário para Mulheres Lésbicas: A Importância das Intervenções Educativas. O atendimento médico a mulheres lésbicas, especialmente no campo ginecológico, é frequentemente demarcado por preconceito, discriminação, estigmatização, exclusão e invisibilidade que se reflete nas consultas médicas e exames clínicos. Profissionais da saúde, seja por despreparo ou desinteresse, muitas vezes demonstram dificuldades em abordar essas pacientes de maneira apropriada, resultando em atendimentos médico e

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista CAPES-PROSUC. E-mail: de_faraujo@yahoo.com.br

² Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: cintiabordwell@gmail.com

³ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: cintiaiviana-psicologa@hotmail.com

⁴ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: simone.pastorelli.neuropsi@gmail.com

⁵ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista CAPES-PROSUC. E-mail: psicologacarla.silverio@gmail.com

⁶ Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília. Pesquisadora e parecerista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Professora Associada aposentada da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: mcf.martins@uol.com.br

⁷ Doutora em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Pesquisadora, docente e orientadora do PPG em Psicologia da Saúde da UMESp. Coordenadora e docente da Graduação de Psicologia da UMESp. E-mail: valquiria.rossi@gmail.com

⁸ Doutora pelo programa de pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora e orientadora nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo. miria.gomes@metodista.br

⁹ Doutor em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Pesquisador, docente e orientador do PPG em Psicologia da Saúde da UMESp. E-mail: ricardo.duraes1@metodista.br

¹⁰ Especialista em Psicologia Junguiana pelo Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa – IJEP. E-mail: alinehka@hotmail.com

¹¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pesquisadora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: rosa.silva1@metodista.br

exames clínicos inadequados. Durante as consultas, perguntas inapropriadas são feitas, como uso de métodos contraceptivos, prevenção de gravidez, se possuem vida sexualmente ativa com seu companheiro, se sentem desconforto na prática sexual, dentre outras, ignorando a orientação sexual da paciente. Esses constrangimentos levam muitas vezes à revelação da paciente sobre sua orientação sexual, o que comumente, por parte do médico, altera o curso da consulta, priorizando a sexualidade em detrimento das razões médicas que motivaram a procura por atendimento. Essa dinâmica evidencia preconceito e discriminação, exclusão e tentativa de invisibilidade, além da falta de preparação dos profissionais em lidar com a diversidade sexual, criando um ambiente de desrespeito e falta de acolhimento. Este estudo objetiva destacar a importância das intervenções educativas em saúde para capacitar os profissionais, garantindo que estejam preparados para oferecer atendimento inclusivo, que respeite as diversidades sexuais e de gênero. Este estudo integra a pesquisa da autora principal, intitulada "O Sofrimento dos Homossexuais Vítimas de Violência: Um Estudo do Fenômeno na Perspectiva da Psicologia Junguiana", que emprega uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvido por meio de estudo de caso, com referencial teórico junguiano, utilizando-se, para coleta de dados, de entrevista semiestruturada, teste de depressão e inventário de qualidade de vida. Para o presente estudo utilizou-se da Análise Temática – AT, de Braun e Clarke, que permite a identificação de padrões de ocorrência e significados nos relatos. Da análise temática realizada surgiram três temas principais, a) preconceito e discriminação no atendimento médico ginecológico, b) invisibilização e estigmatização da orientação sexual e c) incapacidade médica em lidar com a diversidade sexual. Os resultados encontrados revelaram que a lesbianidade é uma expressão legítima e natural da sexualidade humana; que o atendimento médico, sobretudo ginecológico, é frequentemente perpassado pela violência simbólica, preconceito, discriminação, invisibilidade e exclusão de mulheres lésbicas. Observou-se a incapacidade dos profissionais da saúde em atender e tratar mulheres que não se enquadraram nos padrões heterocisnormativos, ou que lhes falta conhecimento ou há desinteresse pelas demandas médicas de diversidade sexual. Esta lacuna no preparo dos profissionais de saúde reflete a urgência de intervenções educativas que possam promover um atendimento médico mais humanizado, equitativo e respeitoso, sobretudo na área ginecológica, considerando as particularidades de todas as mulheres, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero, classe social ou raça. Os resultados indicaram que o preconceito, muitas vezes disfarçado em comportamentos sutis, está enraizado nas práticas médicas e reflete uma incapacidade desses profissionais em atender mulheres que não se enquadram nos padrões heterocisnormativos. Essa falha no atendimento resulta em sofrimento psíquico, aumento do isolamento social e afastamento de mulheres lésbicas dos serviços de saúde. As pacientes relataram que a consulta ginecológica focou mais em sua orientação sexual do que em suas queixas médicas, criando um ambiente de desrespeito e de constrangimento. Ademais, o estudo evidenciou que os profissionais da saúde frequentemente têm pouca ou nenhuma formação específica sobre a diversidade sexual, o que contribui para o perpetuar dessas práticas excludentes. Observou-se que a falta de preparo profissional não apenas resulta em atendimentos inadequados, mas em uma violência simbólica sutil, que reforça a exclusão social e o estigma associado à lesbianidade. A invisibilização das necessidades específicas de saúde de mulheres lésbicas é um problema que precisa ser urgentemente abordado. As intervenções educativas são cruciais para garantir que os profissionais de saúde adquiram as habilidades necessárias para lidar com a diversidade sexual de forma competente e acolhedora. Essas intervenções devem ir além de questões técnicas e incluir o desenvolvimento de uma compreensão ampla das questões de gênero e sexualidade, com

enfoque no respeito à dignidade humana e à promoção de um atendimento equitativo. Sublinha-se a importância de promover mudanças estruturais no treinamento de profissionais da saúde, integrando temas sobre diversidade sexual e de gênero em todos os níveis de formação, incluindo conteúdos técnicos e aspectos éticos e humanísticos, essenciais para a promoção de um atendimento mais inclusivo. Sugere-se ainda que as instituições de saúde adotem políticas internas que promovam o respeito à diversidade e a implementação de protocolos específicos para o atendimento de pacientes LGBTQIAPN+. Em síntese, o estudo destaca a necessidade de reformulação no atendimento ginecológico oferecido a mulheres lésbicas, de forma a garantir que seus direitos à saúde e ao bem-estar sejam plenamente respeitados. A falta de preparo dos profissionais de saúde e a prevalência de atitudes discriminatórias são barreiras significativas ao acesso à saúde para essas mulheres, e só podem ser superadas por meio de intervenções educativas eficazes, que promovam a inclusão e o respeito às diversidades sexuais e de gênero. Além disso, este trabalho destaca a necessidade de mais pesquisas voltadas para a compreensão das especificidades das demandas de saúde da população lésbica, a fim de que políticas públicas e programas de saúde sejam desenvolvidos para atender adequadamente essa população, garantindo a equidade no atendimento à saúde. Com base nos achados desta pesquisa, conclui-se que um atendimento médico mais humanizado, equitativo e respeitoso depende de mudanças no comportamento dos profissionais e criação de um ambiente clínico inclusivo, onde todas as mulheres, independentemente de sua orientação sexual, sejam tratadas com respeito e dignidade. As referências utilizadas para este estudo foram ARAÚJO, A. F. *O Sofrimento de Gays e Lésbicas Vítimas de Violência: Um Estudo do Fenômeno na Perspectiva da Psicologia Junguiana*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde, Universidade Metodista de São Paulo - UESP], 2022; ARAÚJO, R. A. S.; OLIVEIRA, R. S.; DIAS, J. M. G.; FONTES, G. Q.; SILVA, T. S. L.; GONÇALVES, A. S. S.; ALBUQUERQUE, A. A. “As barreiras das mulheres que fazem sexo com mulheres no acesso à saúde no Brasil”. *Revista Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*. São Paulo, 10(17), p. 1-7, 2021; ASSIS, B. F.; ARAÚJO, J. C.; GALDINO, L.; PIMENTEL, M. S. L.; MARTINS, M. C. V. *Homossexualidade feminina e a consulta ginecológica: uma revisão integrativa*. Congresso Internacional de Enfermagem. Universidade Tiradentes. São Paulo, p. 9-12, 2017; FERNANDES, M.; SOLER, L. D.; LEITE, M. C. B. “Saúde das mulheres lésbicas e atenção à saúde: nem integralidade, nem equidade diante das invisibilidades”. *Revista BIS*. São Paulo, 19(2), p. 37-46, 2018; RODRIGUES, J. L.; FALCÃO, M. T. C. “Vivências de atendimentos ginecológicos por mulheres lésbicas e bissexuais: (in)visibilidades e barreiras para o exercício do direito à saúde”. *Revista Saúde e Sociedade*. São Paulo, 30(1), p. 1-14, 2021.

Palavras-chave: preconceito; discriminação; atendimento ginecológico; mulheres lésbicas; intervenções educativas.